

Manifestação política dos devedores

por José Casado
de Brasília

Vai acontecer durante um café da manhã, no próximo dia 3 de fevereiro, em Caracas, na Venezuela: seis presidentes de nações devedoras da América Latina estarão reunidos para uma nova manifestação política, e conjunta, sobre a necessidade de urgente redução das transferências de recursos ao exterior a título de pagamento da dívida externa.

Todos estarão em Caracas para assistir à posse do presidente eleito da Venezuela, Carlos Andrés Pérez. O presidente José Sarney, rompendo uma praxe da diplomacia brasileira — a de que chefes do Executivo não comparecem à posse de presidentes —, estará na cerimônia de Pérez e, a seguir, na reunião de cúpula.

Carlos Salinas de Gortari, presidente do México, era o único dos chefes de Estado latino-americanos convidados para essa reunião que, até ontem, mantinha a decisão de não comparecer, enviando um representante.

Existe a possibilidade de que esse encontro de Caracas, sem caráter formal mas articulado com claro objetivo político, ocorra sob o signo da decretação

de uma moratória no pagamento de juros da dívida externa pela nova administração venezuelana.

O atual presidente, Jaime Lusinchi, declarou moratória sobre o pagamento do principal da dívida externa da Venezuela nos primeiros dias deste ano. Quase simultaneamente, um gesto idêntico foi feito pelo presidente Virgílio Barco, da Colômbia.

Tais atos têm sido discretamente acertados, por antecipação, entre os presidentes latino-americanos que compõem o chamado "Grupo dos Oito" (Brasil, Argentina, México, Venezuela, Colômbia, Uruguai e Peru — o oitavo participante, o Panamá, foi temporariamente afastado).

Segundo disse uma fonte do governo brasileiro a este jornal, ontem, em Brasília, este "acerto político" é, na prática, uma

(Continua na página 3)

Os bancos comerciais internacionais estariam dispostos a liberar créditos de médio prazo para países fortemente endividados, conforme evidencia um relatório publicado ontem, em Washington, pelo Institute of International Finance, com endosso dos grandes bancos.

(Ver página 2)

Manifestação política dos devedores

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

espécie de "aviso aos credores" e transcende as gestões entre os principais devedores da região. Os sete países latino-americanos, juntos, devem mais de US\$ 440 bilhões às nações industrializadas.

Estaria havendo, também, uma sutil combinação prévia, com a equipe do presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, que toma posse no próximo dia 20, em Washington.

A sucessão de manifestações políticas dos devedores teria, aparentemente, o efeito desejado pela diplomacia norte-americana: a criação de um clima propício a um gesto de Bush aos devedores, logo depois de sua ascensão à Casa Branca.

No governo brasileiro opera-se com a visão de que "1989 será absolutamente decisivo" para um acordo com as nações credoras, de natureza essencialmente política, com dois objetivos.

O mais imediato é a redução das transferências líquidas de recursos ao exterior. A médio prazo, é a redução do "estoque" da dívida.

Acredita-se que, depois da posse de Bush, a negociação diplomática fluirá melhor, na direção do estabelecimento de bases para a ampla renegociação das dívidas, que será feita de forma individual.

Primeiro, se escolheria um "fórum" adequado. É possível até que isso ocorra na reunião dos chefes das sete nações mais industrializadas, no final do primeiro semestre, ou ainda, diretamente através de uma agência multilateral, já existente ou a ser criada especificamente para isso.

Os governos do Japão, França, Alemanha Federal, Itália e Canadá já teriam emitido sinais de aprovação. Estados Unidos e Inglaterra ainda não se manifestaram. Mas a crença, no governo brasileiro, é de que a administração Bush se mostra receptiva à solução política da dívida.

Um teste decisivo do grau de "compreensão"

dos Estados Unidos para com os problemas decorrentes do ônus do endividamento externo nesses países — conforme a visão oficial brasileira — ocorrerá nas próximas semanas, em Washington, através da "Missão Marcílio".

Este, no jargão do Palácio do Planalto, é o apelido dado à operação que o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, foi encarregado de montar por decisão do presidente José Sarney, que o chamou a Brasília, na semana passada.

O embaixador retornou a Washington com o objetivo imediato de conseguir do Departamento do Tesouro aval para um crédito de emergência ao Brasil, com suporte político ao projeto de mudanças econômicas, que deve ser divulgado nos próximos dias.

Esse "financiamento-jumbo" — cujos números oscilam entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 3 bilhões —, poderia sair na forma de "empréstimo-ponte" ou de antecipação de parcelas previstas no acordo da divi-

da externa, recentemente feito pelo ministro Malfoida da Nóbrega, da Fazenda. Há cláusulas no acordo que, pelo grau de flexibilidade, viabilizariam o empréstimo de imediato.

Esse dinheiro é vital ao novo programa de combate à inflação que o governo brasileiro está preparando. Especialmente porque se destinaria a financiar o aumento das importações, previsto no chamado "Plano Verão".

Além disso, haveria necessidade de um acordo político prévio com os credores, porque tal programa antiinflacionário depende, também, de uma substancial redução no superávit do País no seu comércio externo.

A "Missão Marcílio" está sendo vista, no Planalto, como um teste efetivo sobre a disposição da administração Bush de dar respaldo político às nações devedoras. Até porque, no cronograma do governo Sarney, ela tem de gerar frutos reais (dinheiro novo) antes mesmo da reunião de Caracas, em fevereiro.